

APROPRIAÇÕES DA TRADIÇÃO MARXISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Josiane Soares Santos¹

A discussão aqui sintetizada é resultante da pesquisa que realizei por ocasião do mestrado em que as minhas preocupações estavam em torno de identificar as influências do conservadorismo pós-moderno na produção teórica do Serviço Social brasileiro durante os anos 90². A pesquisa teve por base a análise de textos publicados na “Revista Serviço Social e Sociedade” entre os anos de 1993 e 2000. No percurso de análise dos dados, me deparei com a necessidade de organizá-los a partir de categorias que me pareceram centrais na medida em que determinam fundamente o ponto de vista da polêmica pós-moderna no Serviço Social: os diferentes níveis de apropriação do marxismo pelos autores identificados com a corrente da renovação profissional denominada por Netto (1996) como “intenção de ruptura”. Expor, portanto, estas categorias – apropriação ideológica, epistemológica e ontológica do marxismo no Serviço Social – é objetivo central deste trabalho.

Vários analistas na produção teórica do Serviço Social já evidenciaram a existência de uma processualidade na relação entre Serviço Social e marxismo³, onde se destacam níveis de apropriação cada vez mais complexos. Em tal processualidade, identifiquei o primeiro destes momentos como uma apropriação ideológica do marxismo, consubstanciado por ocasião do Movimento de Reconceituação. A leitura de divulgadores desta tradição intelectual à qual tivemos acesso, predominantemente a partir da militância política, forneceu-nos um determinado e problemático “recorte” que se encaixava às requisições postas naquele momento histórico para a profissão: o nosso primeiro encontro com o marxismo capturou deste os seus elementos ídeo-políticos, como aportes para a afirmação da ruptura em níveis mais gerais, ressaltando o embate contra a neutralidade profissional.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela ESS/UFRJ. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: josisoares@hotmail.com

² “Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro”; Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2000

³ Ver especialmente Netto (1996 e 1996b) e Iamamoto (1992 e 1998).

Quando assinalo o caráter problemático deste “recorte”, isso se deve a algumas ponderações amplamente conhecidas a respeito dos equívocos desta corrente de pensamento denominada “marxismo”, desde sua gênese, passando pela Segunda e Terceira Internacionais, que generalizaram como “oficiais” determinadas interpretações e desenvolvimentos da obra marxiana. “Esta concepção compreendia a obra de Marx como uma ‘sociologia científica’ que desvenda o mecanismo da evolução social a partir da análise da situação econômica” (Netto, 1981:19). O Serviço Social absorve o marxismo através destas produções e, conseqüentemente, absorve também os equívocos contidos nas mesmas. A unilateralidade desta apreensão em termos de privilegiamento do marxismo como doutrina pragmático-científica “caiu como uma luva” para o momento de ruptura que se tencionava efetuar, justificando ideologicamente a necessidade de superação da neutralidade técnica. Determinada pela conjuntura de crise da ditadura militar, a emergência da “intenção de ruptura” (Netto, 1996) pretendeu refundar as bases de legitimidade do Serviço Social, buscando-as junto aos movimentos sociais e à “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1997) sujeitos potencialmente questionadores da ordem capitalista e sua expressão ditatorial. Sem deixar de ser importante naquele momento, esta radicalidade no posicionamento político provocada pela apropriação apenas ideológica do marxismo mistificou alguns aspectos da profissão devido à falta de clareza relativa a pontos essenciais do marxismo ausentes (ou praticamente ausentes) das formulações às quais tivemos acesso⁴.

É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com a herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente, no Serviço Social, o que vai se constituir num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua

⁴ A discussão do acesso às formulações teóricas marxistas é importante, pois conforme nos indica Netto, durante um bom tempo o marxismo-leninismo “passou como sendo a única leitura correta do pensamento de Marx, [posto que] erigida pelas estruturas de poder estatais e partidárias da [autocracia stalinista]” (1981:27). O mesmo autor nos diz ainda que em face desta verdadeira “censura”, alguns aspectos da obra marxiana que não eram do interesse da burocracia soviética como, por exemplo, as formulações em torno da alienação foram “esquecidas”.

incorporação, por via de um marxismo positivista (...). Pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada de uma ruptura teórica com essa herança conservadora (Quiroga, 1991: 88).

Isso para não falar de diferenças no interior mesmo desta apropriação ideológica. Apenas para ilustrá-las, diferenciem-se as formulações partidárias do PCB das que vinculavam marxismo e cristianismo, a exemplo da teologia da libertação. Neste último caso, Barroco (1996) alerta para os componentes voluntaristas e moralistas da profissão reforçados pela militância católica numa concepção de “prática educativa” que, ao invés de romper com o conservadorismo, tendeu a reforçá-lo sob outra perspectiva: a libertadora. Nas palavras da autora: “podemos afirmar que existe uma linha de continuidade, embora com finalidades opostas, entre as formas de intervenção da Igreja e do Serviço Social; a ação educativa se coloca como uma face do papel profissional organicamente articulado ao papel do militante católico, seja numa perspectiva conservadora ou libertadora” (*idem*: 268).

Quanto ao segundo momento do referido processo de aproximações sucessivas entre Serviço Social e tradição marxista, o mesmo localiza-se ao longo da década de 1980 e expressa, predominantemente, uma apropriação epistemológica. Tal assertiva pretende apontar para o fato de que apesar de iniciarmos nesta década o debate com as fontes marxianas clássicas⁵ e marxistas de maior densidade analítica – com destaque para o italiano Antônio Gramsci – a tônica da leitura para os segmentos de vanguarda da categoria⁶ ainda esteve marcadamente influenciada pela epistemologia. Disto resulta que a teoria social de Marx⁷ tenha recebido com a apropriação epistemológica o estatuto de “paradigma”

⁵ Referência imperativa ao pioneirismo na utilização deste recurso deve ser feita a Iamamoto (In: Iamamoto e Carvalho, 1982).

⁶ Refiro-me à vanguarda da categoria profissional aqui no sentido qualificado por Netto (1996: 136) como um segmento profissional alocado “especialmente ao trabalho investigativo”, produtor de reflexões sistemáticas como condição para a reflexão crítica do trabalho profissional.

⁷ A utilização da expressão “teoria social” para qualificar a obra marxiana não é uma preocupação adjetiva. Trata-se de demarcar que esta formulação tem como objeto um determinado tipo de ser: o ser social. Sendo este ser diferente de outros seres orgânicos e inorgânicos existentes na natureza, tanto os instrumentos para conhecê-lo, como as conclusões a que se chega a partir

ou de “modelo científico” para análise das relações sociais; o tratamento enfim de uma teoria ou forma de conhecer, nos moldes epistemológicos. Nesta direção Althusser, foi um dos principais pensadores de influência marcante no debate do Serviço Social.

A epistemologia, assim como a gnosiologia e a lógica, tem sua existência datada como ramo privilegiado da ciência moderna: a virada conservadora do capitalismo e seus impactos no pensamento social objetivando “ofuscar” a ontologia⁸: Segundo Lukács, “a metodologia imperante na segunda metade do século XIX, (...) estabelecia uma oposição rígida entre filosofia e ciências singulares positivistas, degradando, com isso, a própria filosofia à ciência particular, enquanto fundada exclusivamente sobre a lógica e a gnosiologia” (1979: 21). Era necessário obscurecer a totalidade essencialmente contraditória das relações sociais em processo de consolidação. Neste sentido, a razão equalizada à lógica é uma das estratégias utilizadas, assim como no plano produtivo propriamente dito, a divisão do trabalho acentua a alienação. Para o restante da sociedade o embate entre ontologia e epistemologia e, portanto, a dissociação entre teoria e prática não passa de uma abstração elevada à categoria de verdade.

A difusão da impossibilidade de conhecimento do ser e proposição da teoria do conhecimento como esfera máxima de alcance da razão tem, portanto, como um de seus argumentos decisivos, a atribuição de um cariz idealista a toda ontologia, desconsiderando, ou melhor, invalidando o seu desenvolvimento num sentido materialista - ou como afirma Lukács (*idem*), ontológico-social. O referido desenvolvimento está posto no pensamento marxiano quando, na quarta década do século XIX, o mesmo encontra condições histórico-sociais e teórico-culturais para constituir esta nova ontologia (Netto, 1994). Voltarei aos fundamentos

desses reclamam particularidades demarcadas pela praxis. Ou seja, a objetividade que envolve a teoria social é diferente da que envolve a reflexão sobre a natureza em face de sua indissociável relação com a subjetividade. Sobre esta questão ver o prefácio de Marx a 1ª edição de “O Capital” (1867).

⁸ Vários autores apontam esta explicação para o fenômeno em questão a partir da leitura lukácsiana. Ver entre outros Coutinho (1972); Netto (1994); Barroco (1996).

ontológico-sociais da obra marxiana a seguir. Quero retomar, por ora, a influência que uma leitura epistemológica deste pensamento teve (e ainda tem) no Serviço Social⁹ e seus determinantes. A inequívoca centralidade que a teoria assume - em detrimento da realidade - na profissão ao longo dos anos 1980 e o teorismo que resultou deste movimento como uma destas conseqüências, é, ao meu ver, determinado por duas ordens de fatores. O primeiro deles é a exigência de aprofundamento/qualificação teóricos na direção de ruptura com o conservadorismo. Devo lembrar que, ao contrário das outras direções existentes no processo de renovação do Serviço Social, “a intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; essa era uma decorrência de seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (Netto, 1996: 250). É certo que, apesar do teorismo e da lateralização dos aspectos técnico-instrumentais, os esforços neste sentido renderam frutos inestimáveis à profissão em se tratando de sua consolidação acadêmica ainda nos anos 1980.

O segundo dentre os determinantes em questão é que a apropriação epistemológica do marxismo resulta também dos reducionismos da apropriação ideológica de que falamos antes. De acordo com Iamamoto, “o Serviço Social é colocado como objeto de sua pesquisa nos anos 1980, incentivando um balanço crítico global dessa profissão: das bases históricas e ídeo-teóricas da sua prática” (1998: 236), derivando em polêmicas diversas¹⁰ que pareciam “fechar” o Serviço Social nele mesmo. Portanto, apesar da afirmação/aprofundamento da direção de ruptura, iniciada anteriormente, o foco principal das discussões neste período era a profissão em seus componentes constitutivos e não a sociedade civil como seu fundamento. O máximo que conseguimos extrapolar deste “cerco”, ainda segundo Iamamoto (*idem*: 241-242), consubstancia-se num limitado alargamento do

⁹ Esta influência pode ser verificada, por exemplo, na formação profissional por meio do currículo do curso de graduação em Serviço Social aprovado em 1982 e sua estruturação em três eixos dissociados: o da História, o da Teoria e o do Método. Algumas das críticas esboçadas à luz de uma avaliação deste currículo, por ocasião da sua reformulação em 1993, evidenciam conseqüências de uma apropriação epistemológica do marxismo.

¹⁰ Um expressivo debate desta década é o da “metodologia”, sistematizado no Caderno ABESS 3.

universo temático na produção profissional que chegou até investigações sobre a sociedade política, a partir das relações entre o Serviço Social e as políticas sociais do Estado. Obscurecida assim, a sociedade civil teve a sua apreensão “filtrada” pelas estratégias do Estado e das ações dos governos via políticas sociais.

Sendo assim, a década de 1980, muito embora represente avanços no entendimento das particularidades profissionais retrata expressivamente a apreensão do marxismo como um modelo que se “aplica” na prática.

Tendo em vista que a demanda por essas reflexões derivou de necessidades postas à profissão em dado momento histórico, não estou de forma alguma menosprezando o significado desses avanços apesar de detectar nos mesmos uma dimensão instrumental e manipulatória dos conceitos que em Marx são imanentes à ontologia social: remetem à ontologia do ser social e não apenas ao pensamento e às idéias. O amadurecimento da relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, conforme venho apontando, tem se dado por aproximações sucessivas determinadas pelo movimento do real. Dessa forma, é inimaginável, a menos que se pense idealisticamente, que a produção teórica desta época devesse dar conta de movimentos ainda não colocados na pauta de discussões da profissão, sem o equacionamento dos que vinham se constituindo efetivamente como núcleos problemáticos e demandando tais reflexões. Mas não posso deixar de mencionar, por outro lado, a parcela de responsabilidade deste tipo de apreensão da teoria social de Marx na formulação da famosa frase “a teoria na prática é outra”. Tem-se aqui a percepção generalizada que emergiu da apropriação epistemológica do marxismo pelo Serviço Social: a de que deveria existir uma identidade entre teoria e prática; esta última seria moldada pela teoria de forma que o produto final correspondesse à teoria “aplicada”.

O referido entendimento fundamentou a concepção do assistente social enquanto “agente de transformação social”, consubstanciando o fenômeno que Lamamoto descreve como um “messianismo [traduzido] numa visão ‘heróica’,

ingênua das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social” (1992a: 116).

A necessidade de ultrapassar esses equívocos se revela ao longo da década de 1980 mediante a frustração provocada pela falta de correspondência destas concepções com o movimento do real. Esforços coletivos foram impulsionados em busca de uma leitura que pudesse “libertar a prática social de uma análise que não [dava] conta da historicidade do ser social gestado na sociedade capitalista” (Iamamoto, 1992: 116); uma análise que conferisse concretude ao propalado “compromisso com a classe trabalhadora”.

A esta superação denomino apropriação ontológica da vertente crítico-dialética. Ela é algo bastante recente, datando de meados dos anos 1990 e seu significado pode ser considerado como um salto qualitativo nas aproximações sucessivas entre o Serviço Social e a tradição marxista, pois tem permitido a explicitação de questões fundantes na efetivação da ruptura com o tradicionalismo. Ou seja, é somente recuperando seus aspectos ontológico-sociais que a vertente crítico-dialética apresenta-se em suas mais fecundas possibilidades, tornando-se capaz de realizar a ruptura teórica com a herança conservadora e intervir de forma qualitativamente superior na garantia do projeto ético-político profissional.

Este salto pôde ser objetivado, ao meu ver, em três debates centrais para o Serviço Social neste período: a reformulação do Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e a Revisão Curricular (ou elaboração das novas diretrizes para a formação profissional do assistente social). De uma forma geral, eles evidenciam a inversão necessária ao processo de constituição do “concreto pensado” na medida em que extrapolam a endogenia da década de 1980 colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão, que estou denominando de apreensão ontológica do marxismo, vai captar as mediações que estiveram em grande parte ausentes do momento anterior e sistematizá-las no projeto ético-político-profissional. Os valores e princípios afirmados no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, bem como nas

novas diretrizes curriculares aprovadas em 1996, encarnam tais mediações. São a expressão ideal de uma trajetória prática, política e teórica que qualifica o compromisso com a “classe-que-vive-do-trabalho”, na esfera propriamente profissional, sendo possível apenas porque pôde resgatar os avanços da década anterior e sua centralidade.

A apreensão dessas mediações tem, a meu ver, um suposto basilar: o resgate dos princípios ontológico-sociais do pensamento marxiano. Conforme dito anteriormente, são reconhecidas as críticas sistematizadas na literatura acerca das simplificações e reduções de todas as ordens a que foi submetido o legado marxiano no último século. Do ponto de vista que me interessa aqui, cumpre assinalar o enquadramento do mesmo no conceito moderno de ciência e sua racionalidade abstrato-formal “empobrecendo” o que ele possui de mais original – seus princípios ontológicos. Ou seja, o que estou pontuando é o fato da tradição marxista não ter ficado imune ao epistemologismo, sendo por ele capturada a partir do esquecimento de uma das afirmações mais lapidares do pensamento marxiano: “As categorias são formas de ser, determinações da existência” (*apud* Lukács, 1979). Expressão disso é a apropriação epistemológica da tradição marxista pelo Serviço Social da qual falamos há pouco.

O processo de formulação do projeto ético-político, ao longo dos anos 1990, avança na recuperação da fundação ontológico-social do pensamento marxiano explicitando que a teoria social de Marx, ao desenvolver o potencial até então atrofiado da razão dialética, é, antes de mais nada, uma ontologia do ser social. Neste sentido, todo o rico acervo categorial que a constitui expressa “um *método de investigação* não [como] um conjunto de regras formais de análise, externas às peculiaridades do objeto, mas uma relação que permite ao sujeito apanhar a dinâmica própria do objeto” (Netto, 1994: 39 – grifos do autor).

Vem desta constatação a afirmação aqui presente acerca dos supostos ontológico-sociais do projeto ético-político profissional. O que muda substantivamente nos anos 1990 é o tratamento conferido à teoria social de Marx

como aporte teórico-metodológico na direção de ruptura com o conservadorismo e, conseqüentemente às investigações resultantes deste novo tratamento.

A centralidade da “questão social” nas novas diretrizes curriculares, bem como da lógica que subjaz à relação entre as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do exercício profissional, podem ser citadas como exemplos nesta trajetória recente de apropriação ontológica da teoria social de Marx no campo da formação profissional. Outra necessidade de apreensão posta pela apropriação ontológica é a da particularidade característica do processo de trabalho da sociedade burguesa como mediação indispensável a uma prática historicamente situada na divisão sócio-técnica do trabalho capitalista. Daí a discussão do Serviço Social inserido em processos de trabalho como um fecundo aprofundamento dos anos 1980 que enfrentamos na década de 1990. Tematizamos corajosa e afirmativamente a centralidade do trabalho para o ser social quando a grande maioria dos analistas a negava, bem como à validade da razão dialética diante da “crise de paradigmas”. Estas investigações têm legado à profissão uma inquestionável concretude em termos de compreensão da sua vinculação orgânica com a realidade dos indivíduos sociais no interior da sociedade burguesa. Já é visível, por exemplo, no debate da instrumentalidade, considerações que remetem a uma gama de aspectos que extrapola de forma muito mais complexa a intencionalidade dos profissionais. Não se fazendo mais sob o prisma da “metodologia” o debate da instrumentalidade recorre à fundação ontológica do projeto profissional e sua teleologia. Neste sentido, são considerados os vários elementos dos processos de trabalho onde se inserem os profissionais relativos às suas efetivas condições de trabalho que passam hoje pelas mesmas injunções do mundo do trabalho em geral e outras mediações como a diversificação das demandas, dos espaços ocupacionais, do trabalho interdisciplinar, etc.

Esses supostos explicitam o que permanecia velado pelo pensamento formal-abstrato: o fato de que o homem como ser social diferencia-se dos seres orgânicos e inorgânicos pelo trabalho. Isso representa a capacidade do mesmo

efetivar um movimento de intervenção objetiva na natureza criando um produto que, antes da sua existência material, já existia na consciência do agente, mas que, uma vez objetivado, torna-se independente deste. O momento essencialmente decisivo na constituição ontológica do ser social é a mediação da consciência nessa produção.

Tal percurso, contudo, não pode ser creditado apenas ao amadurecimento teórico da profissão em relação a uma determinada matriz teórico-metodológica. A década de 1990, no Brasil e no mundo, expõe a “questão social” em níveis cada vez mais complexos, matizados pela mais recente crise capitalista. Sendo a história social o fator fundante da profissão, não nos foi possível adiar a inversão ontológica, pois a “questão social” satura crescentemente os poros da intervenção, apresentando-se sob velhas e novas formas. Seu conhecimento, portanto, é algo imperativo para o trabalho profissional, ou melhor, para a construção de alternativas de intervenção, da instrumentalidade profissional (Guerra, 1995). As mesmas são bem mais complexas que a aplicação de “modelos”, pois são mediatizadas pela particularidade do objeto e das relações com ele estabelecidas pelo sujeito – nesse caso, a (o) assistente social, trabalhadora (or) em relação com as múltiplas refrações da “questão social”. Por isso o resgate da ontologia do ser social e da práxis como forma de conceber as relações entre teoria e prática coloca a possibilidade de superação da concepção de identidade entre elas, assim como da equalização entre o trabalho profissional e a prática política, com todos os viéses fatalistas e messiânicos que lhes são próprios (Iamamoto, 1992).

É necessário, clarificar uma ressalva: não é minha intenção oferecer neste espaço um balanço que se pretenda exaustivo dos avanços da vertente crítico-dialética na profissão. Justifico esta limitação apoiada na requisição de aprofundamentos posteriores porquanto seja esta sistematização tendencial e, em face disso, necessariamente aproximativa. Dito de outra forma, quando aponte três momentos na relação entre Serviço Social e tradição marxista, está suposto ser este um recurso analítico que pretende dar conta de aspectos tendenciais e relativos da totalidade em questão. Ou seja, tendo a concepção de teoria como a

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. *In* Cadernos Especiais n. 11 42, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007. Disponível em www.assistentesocial.com.br

reprodução ideal aproximada e relativa do movimento real, obviamente as reflexões tematizadas não abarcam todos os sujeitos envolvidos na apropriação do marxismo pelo Serviço Social não se tratando, portanto, de uma evolução linear e “em bloco”. Nas considerações tecidas aqui não pretendo eludir o fato evidente de que, mesmo no interior deste pequeno círculo de pesquisadores marxistas da categoria existem polêmicas e, portanto, diferentes apropriações dos diferentes marxismos. Sua configuração é necessariamente plural e, assim sendo, a trajetória de aproximações sucessivas do marxismo não se limita ao roteiro por nós esboçado. Tal caminho não foi igualmente percorrido por todos esses intelectuais, havendo uma diversidade nos níveis de apreensão que varia em face de vários determinantes. O mais decisivo entre eles, ao meu ver, é a maior ou menor proximidade dos intérpretes de referência às fontes marxianas, bem como o conhecimento dessas mesmas fontes.

Entretanto, penso que a categorização aqui exposta facilita o entendimento das polêmicas levantadas pelo debate pós-moderno no Serviço Social, na medida em que o essencial das mesmas pretende objetar a validade analítica do marxismo a partir de fundamentos ideológicos e epistemológicos¹¹.

¹¹ Comparecem assim no debate críticas ao marxismo apoiadas na equalização entre este e a queda do socialismo real – o que seriam argumentos fundados ideologicamente – e derivações disso para a capacidade explicativa do marxismo como “paradigma” ou “modelo” (argumentos epistemológicos). Sobre isso ver especialmente o terceiro capítulo da dissertação de mestrado referida na nota 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ❖ ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? - ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.
- ❖ BARROCO, M. L. S. *Ontologia Social e Reflexão Ética*. São Paulo: PUC/Tese de Doutorado, 1996.
- ❖ COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- ❖ IAMAMOTO, M.V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- ❖ _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ❖ _____. *O debate contemporâneo da reconceitualização do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo*. Rio de Janeiro: mimeo; 1992a.
- ❖ _____. *Ontologia do Ser Social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- ❖ NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1996a.
- ❖ _____. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão. *In Revista Serviço Social e Sociedade n°50*. São Paulo: Cortez, 1996b.
- ❖ _____. Razão, ontologia e práxis. *In Revista Serviço Social e Sociedade n°44*. São Paulo: Cortez, 1994.
- ❖ _____. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- ❖ QUIROGA, C. *Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez; 1991.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. *In* Cadernos Especiais n. 13 42, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007. Disponível em www.assistentesocial.com.br

❖ SANTOS, J.S. *Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/ESS, 2000.